

EXTENSÃO PESQUEIRA - UMA REVISÃO CRÍTICA

Milena Costa Silva Sales^{1*}, Matheus Anchieta Ramirez², Michel Souza Almeida³, César Augusto Nunes⁴, Aléssia Cristiane Pereira Santos⁵, Gustavo Nunes Ribeiro⁶, Tatiane da Silva Duarte⁷.

¹Discente no Programa de Pós-Graduação em Zootecnia – Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG – Belo Horizonte/MG – Brasil – *Contato: milenasales28@gmail.com

²Docente do Departamento de Zootecnia - Escola de Veterinária - UFMG – Belo Horizonte/MG – Brasil

³Discente do Curso de Aquicultura - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - Belo Horizonte/MG - Brasil

⁴Discente do Curso de Medicina Veterinária - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - Belo Horizonte/MG - Brasil

⁵Discente do Curso de Medicina Veterinária - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - Belo Horizonte/MG - Brasil

⁶Discente do Curso de Medicina Veterinária - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - Belo Horizonte/MG - Brasil

⁷Discente do Curso de Medicina Veterinária - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - Belo Horizonte/MG - Brasil

INTRODUÇÃO

Na segunda metade da década de 1940 foi instalado o modelo de Extensão Rural no Brasil. Sob a égide do difusionismo este modelo buscava a adesão dos produtores rurais brasileiros aos pacotes tecnológicos de empresas do Norte Global. Porém, somente durante a década de 1960 a primeira política de extensão rural foi adaptada para tentar aproveitar os abundantes recursos da costa do Brasil. Buscando a articulação da pesca industrial às indústrias de processamento de pescados, transplantando a lógica produtivista e difusionista para esta dimensão de atuação. Após longos anos de invisibilidade a extensão pesqueira, sendo aplicada no modelo descrito, no início da década de 2000 foi criada nova proposta de política extensionista para contemplar pescadores artesanais, produtores familiares e populações ribeirinhas.¹

O objetivo deste trabalho é discutir a dimensão extensionista aplicada à produção aquícola e a pesca artesanal, sob um novo paradigma de atuação que rompa com a lógica produtivista e difusionista.

MATERIAL E MÉTODOS

A construção do resumo se deu a partir de pesquisas científicas nas plataformas Google acadêmico, SciELO, literatura especializada. Com relação à busca, usou-se palavras chaves: extensão pesqueira, ATEPA, PNATER, história de extensão pesqueira. Após a recuperação dos trabalhos procedeu-se à realização de revisão de literatura de um ponto de vista crítico sobre a extensão pesqueira no Brasil.

RESUMO DE TEMA

A extensão pesqueira criada no século passado foi influenciada pela revolução verde em que se priorizava a produtividade e difusão de novas tecnologias. O grande problema é que os maiores produtores eram os beneficiários e os menores produtores ficaram cada vez mais marginalizados aumentando a desigualdade no meio rural. Em sua perspectiva de atuação na atividade aquícola está se alinha a pesca industrial, ampliando os impactos ambientais destas inovações.^{1,2}

Com os resultados catastróficos da revolução verde, havia a necessidade de criar uma nova política que atendesse, também, a parte da população mais fragilizada e marginalizada.^{3,4}

Em 2004 foi criado o Plano Nacional de Extensão Pesqueira e Aquícola com o objetivo de criticar a lógica produtivista e difusionista promovendo a transferência de conhecimentos e dando acesso às tecnologias para a população rural. E para atender os pescadores, especificamente, foi criada a ATEPA - Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola que apresenta os mesmos princípios e objetivos da PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural).^{1,4,5}

A ATEPA se mostra necessária devido a necessidade de ruptura com as lógicas de intervenção produtivistas e difusionistas. Assim, um método de extensão que rompa com o difusionista deve ser trabalhado para trabalho e renda garantindo a segurança das famílias de baixa renda. Sob a responsabilidade do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA articulou-se que o novo modelo de extensão fosse de implementar um novo modelo de desenvolvimento rural no Brasil.^{1,6}

Essa política envolve diversas medidas, incluindo a coordenação entre instituições, assistência técnica, direcionamento e organização de planos de trabalho, desenvolvimento de propostas, supervisão e acompanhamento durante a implementação dos projetos. Além disso, oferece suporte para obter aprovação dos órgãos de inspeção municipal/estadual, emite Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), ministra cursos de formação e facilita o acesso a programas governamentais, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de

Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel para Embarcações Pesqueiras Nacionais.⁵

No entanto, em uma reestruturação ministerial em outubro de 2015, o Ministério da Pesca e Aquicultura foi abolido, e algumas de suas responsabilidades foram transferidas para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O MAPA assumiu a presidência do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAPE), um órgão colegiado consultivo. A principal missão do CONAPE é propor políticas públicas, buscando promover a colaboração e o diálogo entre os diversos níveis de governo e a sociedade civil organizada. Esse diálogo visa estimular o desenvolvimento e o crescimento das atividades relacionadas à aquicultura e à pesca em todo o território nacional. Devido a esse ocorrido os pescadores estão sendo atendidos pela ATER como uma forma de suprir a falta de uma política especializada que abrange esses trabalhadores. Deste modo, toda a proposta de renovação na extensão pesqueira e aquícola foi paralisada, ao se vincular seu gerenciamento a Ministério historicamente ligado à Revolução Verde e a simples difusão tecnológica para o meio rural.^{7,8,9,10}

A atuação junto à produção aquícola é uma atividade relativamente recente no Brasil. Historicamente a busca de pescados se associou ao processo de pesca industrial, muitas vezes predatória. Com o comportamento de não se discutir estes impactos da pesca industrial e a invisibilização da pesca artesanal e das populações ribeirinhas esta atividade foi negligenciada em sua dimensão produtiva. Comportamento que perdurou até a escassez das reservas pesqueiras, assinalando a necessidade de implantação de sistemas de produção aquícola.^{7,8,9,10}

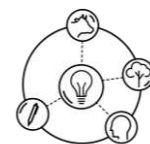
Assim, a aquicultura no Brasil surge sob o prisma dos impactos sócio-ambientais da valorização da pesca industrial. Porém, o modelo tradicional de extensão nada mais faz do que agravar os impactos negativos da produção agropecuária.^{7,8,9,10}

É no bojo destas discussões que surge um modelo alternativo de Extensão Rural aplicada à aquicultura, que vai dar origem a ATEPA. Esta que se compromete a desenvolver trabalhos na perspectiva da troca de saberes com a valorização e o incentivo à pesca artesanal. Reconhecendo com relevante os conhecimentos das populações ribeirinhas. Por outro lado, também se presta ao trabalho de acompanhamento técnico de sistemas de produção aquícolas no contexto da Agricultura Familiar, buscando articular esta atividade produtiva aos conceitos da sustentabilidade. Por fim, sua atuação também objetiva a intervenção junto à pesca industrial com vistas ao seu desenvolvimento de maneira racional.^{7,8,9,10}

Desta forma, a proposta da ATEPA, paralisada devido ao retrocesso imposto às políticas com vieses sociais no Brasil a partir da segunda metade da década de 2010, visa atender todas as dimensões da pesca e aquicultura, sob uma nova metodologia extensionista. Com foco nas populações socialmente excluídas do meio rural promove trabalho de conscientização que redunde em ganhos à toda sociedade.^{7,8,9,10}

Atualmente, pescadores artesanais enfrentam desafios significativos, incluindo a pressão da pesca industrial, as mudanças climáticas que afetam os padrões de migração dos peixes e a degradação do meio ambiente marinho. Muitos governos e organizações estão trabalhando para proteger os direitos dos pescadores artesanais, promover práticas sustentáveis e preservar as tradições culturais associadas à pesca artesanal. O que torna necessário que o assunto seja discutido de forma ampla para a retomada das políticas que objetivam atender pescadores artesanais de forma mais especializada e aplicada, garantindo assim um melhor desenvolvimento da atividade.^{7,8,9,10}

CONSIDERAÇÕES FINAIS



XII Colóquio Técnico Científico de Saúde Única, Ciências Agrárias e Meio Ambiente

Tendo em vista a importância dos pescadores na cadeia produtiva e no aspecto social somado às dificuldades enfrentadas na atividade, se faz necessária a adoção de políticas públicas direcionadas para extensão pesqueira a fim de atender aos pescadores com um serviço especializado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1- AFONSO, P. Extensão Pesqueira e Aquícolas nas Universidades. Congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca. Santa Catarina, 2017.
- 2- TEIXEIRA, A. N. et al. Críticas ambientalistas à Revolução Verde. USP.
- 3- MACHADO, J. D. et al. Extensão Pesqueira. Instituto Federal do Paraná. Curitiba, 2011.
- 4- QUEIROZ, L. I. da S.; COSTA, V. C. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: Um Caminho para Emancipação da Agricultura Familiar. Jornada Internacional de Políticas Públicas. UFPI, 2015.
- 5- Secretaria De Estado De Agricultura, Pecuária, Pesca E Abastecimento – SEAPPA. FIPERJ: ATEPA.
- 6- SOUSA, D. N. de. Os Estudos De Extensão Pesqueira Nos Programas De Pós-Graduação em Extensão Rural. Revista Extensão Rural. UFSM, Santa Maria, 2014.
- 7- SILVA, R. O. P. Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil: um pouco de sua história. Instituto de Agronomia Agrícola. Análises de Indicadores do Agronegócio. 2016.
- 8- BIANCHINI, V. Política Nacional De Assistência Técnica E Extensão Rural. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, 2004.
- 9- VIEIRA, S. C. et al. Política Pública De Ater Para O Desenvolvimento Rural Sustentável Na Agricultura Familiar. Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar. Tupã,, 2015.
- 10- SOUSA, D. N. de. Situação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola (ATEPA) no estado do Tocantins. NEMAD. Revista Interface, 2017.